



Apresentando a trajetória de Bruno Ferreira

Bruno Ferreira¹Maira Damasceno²Paula Regina Pereira dos Santos Marques Dias³

Bruno Ferreira, também conhecido como Bruno Ferreira Kaingang, é uma importante referência intelectual e científica *Kanhgág*. Bruno é do clã Kamé “(...) possuidor de espírito forte, facilidade para intervir junto aos espíritos nas lutas Kaingang” (Ferreira, 2020, p. 14). Segundo ele nos conta, sua trajetória de lutas inicia quando tinha 8 anos ao frequentar a primeira escola, hoje “Escola Estadual Indígena Bento *Pĩ Gog*”, setor Pedra Lisa na Terra Indígena do Guarita, pois, lá deveria somente falar o português para “civilizar-se”, sentindo-se perdido porque não entendia o português, pois, foi criado com os avós falantes de *kanhgág* e para ele esse foi um grande marco em sua luta por reconhecimento dos próprios processos de ensino, bem como a valorização dos saberes, cultura e principalmente da língua *kanhgág*. Seu grande professor foi Albino Ferreira, “(...) meu pai, mesmo não falando a língua de seus antepassados, tem muito conhecimento e muitas vivências da cultura kaingang” (Ferreira, 2014, p.19), seu pai, por conta de uma proibição de seu avô, não pode aprender a língua *Kanhgág*, porém, “Sozinho na mata com meu pai, além de aprender as coisas da cultura milenar de meu povo, também fui aprendendo a falar português. O mais importante de tudo isso era que ele usava a natureza como espaço de aprendizado. Seu material didático estava livre, pronto e disponível na floresta.” (Ferreira, 2014, p.19).

Desse modo, Bruno intercalou os ensinamentos do pai, das pessoas na comunidade e da escola, ficando seis anos na “*Pĩ Gog*”. Posteriormente foi estudar no município de Tenente Portela, um dos municípios que estão incrustados nas fronteiras da Terra Indígena, pois a escola da comunidade só oferecia estudo até a quarta série. Entre as maiores dificuldades, novamente, a obrigatoriedade da língua portuguesa: “(...) em 1980, uma professora de história percebeu que

¹ Professor no Instituto Estadual de Educação Indígena Ângelo Manhká Miguel, historiador, Mestre e Doutor em educação. Organizador desta edição, vol.10, n.26.

² Doutoranda em História, Mestra em Políticas e Práticas Sociais (Unisinos), historiadora. Gerente nessa edição da RLAH.

³ Doutoranda em História, Mestra em Direito, Relações Internacionais e Desenvolvimento, advogada. Gerente nessa edição da RLAH.

eu precisava de um tratamento diferente: fazia a avaliação de forma oral, enquanto outros alunos não indígenas prestavam a prova escrita. E esta foi a única disciplina que aprovei” (Ferreira, 2014, p.20), evidenciando além da falta de entendimento dos outros professores que o reprovaram, a força da educação diferenciada e da oralidade *Kanhgág*, mas também, certo desconforto entre a disputa entre as duas modalidades de ensino:

(...) meus primeiros anos escolares foram marcados também por uma disputa entre a escrita e a oralidade, pois hora eu estava aprendendo muito na comunidade e hora dentro de uma escola; havia momentos em que aprendia a escutar o movimento da floresta com seus ensinamentos e em outros momentos havia a escola, pronta para devorar os conhecimentos de meu povo. (FERREIRA, 2014, p.20)

Segundo Bruno, com todas as dificuldades, ainda hoje percebidas pelos alunos *Kanhgág* que precisam ingressar em escolas não indígenas, entrou no ensino médio no final dos anos de 1980 já com a consciência sobre a importância de fortalecer-se como *Kanhgág*, pois testemunhava as intensas e variadas invasões (igrejas, seitas, arrendatários, escolas) das Terras Indígenas sempre com propostas que visavam mudanças e transformações. Nessa mesma época, início dos anos de 1990, Bruno conta que também ingressou no movimento indígena, participando da Organizações das Nações Indígenas do Sul (ONISUL), coordenada conjuntamente pelos *Kanhgág*, Guarani e Laklãnõ, desenvolvendo atividades que, naquele momento, focavam nas retomadas de terra que haviam sido, reduzidas, roubadas nos anos de 1960, pelos governos estaduais do RS, PR e SC, mais especificamente no Rio Grande do Sul foi feita reforma agrária nas terras kaingang. A partir dessas retomadas, várias outras foram concretizadas e desse modo, novas demandas foram criadas, como a construção de escolas indígenas específicas. Dessa forma, inserido no movimento indígena, Bruno conta que: “(...) fiquei responsável por organizar e encaminhar discussões referentes às políticas de educação nas terras indígenas Kaingang.” (Ferreira, 2014, p.23). Para isso, aproximou-se da Associação dos Professores Bilíngue Kaingang e Guarani (APBKG), criada em 1991 já com o objetivo de debater a educação indígena no Rio Grande do Sul. Foi nesse momento, que Bruno diz ter iniciado seu engajamento na busca por uma metodologia “(...) que buscasse a valorização da nossa cultura, o reconhecimento dos processos próprios e, principalmente a nossa língua” (Ferreira, 2014, p.23). Para os primeiros passos, uma das principais ações, evidenciadas por Bruno, seria a qualificação dos professores indígenas para, a partir daí, construir propostas escolares específicas aos povos indígenas.

Através da APBKG junto de outras parcerias foi possível realizar cursos de formação específicos, pensando em:

(...) construir uma escola que contribua para promover um processo educativo fundado nas práticas, conhecimentos e valores culturais; que oriente a apropriação crítica de bens e recursos tecnológicos externos e que esteja voltado para o desenvolvimento de respostas condizentes aos desafios contemporâneos e futuros, colocados pelas relações com outras sociedades, (...) (Ferreira, 2014, p.24)

Constando essas diretrizes, segundo nos diz Bruno, em muitos Projetos Políticos Pedagógicos de escolas *Kanhgág*.

Também, visando buscar maiores condições de debates sobre as políticas públicas para os povos indígenas, a ONISUL define sua proposta de trabalho e decide pela qualificação de seus quadros. Foi a partir disso que Bruno cursou História na Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul (UNIJUI) a partir de 1993, concluindo-o no ano de 1999. Ele, junto de outros participantes do ONISUL, como Pedro Sales, Andila Inácio, Maria Inês de Freitas, Juvino Sales, Claudir Ribeiro e Ari Ribeiro distribuíram-se de forma estratégica em diversos cursos “(...) para fazer frente aos problemas das comunidades Kaingang e mais, tínhamos assumidos compromissos com as lideranças Kaingang” (Ferreira, 2014, p.25).

Junto desse período de qualificação, Bruno passou a se preocupar em qualificar os professores *Kanhgág* e em 1993, junto à associação e instituições parceiras, foi criado o primeiro magistério específico para professores *Kanhgág*, formando a primeira turma de 22 professores no ano de 1996.

Após esse curso, a atuação de Bruno expandiu-se e passou a participar de diversos eventos envolvendo a educação diferenciada. Sua primeira publicação se dá em 1997: “Obstáculos à Autonomia das Escolas Indígenas” (Ferreira, 1997). Nessa época, participou ainda do Comitê de Educação Indígena do Ministério da Educação, em Brasília, nas definições das diretrizes para a educação escolar indígena no Brasil.

Em início dos anos 2000, Bruno começa a dar aula em uma escola *Kanhgág*, Escola Estadual Indígena Maria da Silva, porém:

(...) percebi que muito pouco havia mudado em relação ao meu tempo de aluno – dos meus anos iniciais – pois, ainda predominava a presença de professores não indígenas alfabetizando as crianças na língua portuguesa. Mais uma vez, via as crianças perdendo a sua língua materna, assim como tinha acontecido na minha época de escola. (Ferreira, 2014, p.27)

Também, assumiu uma vaga para dar aulas de História no Município de São Valentim, de predominância étnica a descendência de italianos, enfrentando algumas dificuldades por conta do preconceito de alguns colegas, alunos e pais, porém, ao passar do tempo, essas atitudes foram se atenuando e foi ganhando o respeito dessa comunidade, pois era a primeira vez que um professor indígena os dava aula. Para Bruno, foi uma experiência positiva, pois, o possibilitou conviver com outra cultura, ainda, fortalecendo seu caminho.

No ano de 2001, ocupou a Secretaria Municipal de Educação de Benjamin Constant, município localizado próximo a Terra Indígena de Votouro, buscando priorizar a especialização dos professores para melhor atender as realidades municipais: “Entendo que para uma educação voltada à realidade da comunidade, seja ela indígena ou não, podemos ter as pessoas com seus costumes e tradições, sem deixar que elas participem de todos os desenvolvimentos tecnológicos presentes em nosso mundo atual” (Ferreira, 2014, p.28). Em relação à educação *Kanhgág*, Bruno, como secretário Municipal realizou uma parceria com Universidades (UPF e UNIJUÍ), FUNAI, APBKG e lideranças para a construção de um curso de formação na modalidade magistério para os professores *Kanhgág* sob o nome de *vãfy*⁴, buscando, assim, proporcionar metodologias apropriadas para a produção de conhecimentos a partir da própria realidade do aluno e das comunidades.

Após essas experiências, Bruno sai em busca de qualificar suas reflexões acerca a educação e a formação de quem formava os professores *Kanhgág*, algo que o preocupava. Dessa forma, em 2003 realiza sua primeira seleção de mestrado no Programa de Pós Graduação em Educação, na Unicamp, com projeto intitulado “Formação dos formadores”. Ao não passar na seleção, ingressa como aluno especial na disciplina de “Antropologia Linguística” (2003/2) com o professor Wilmar D’Angelis, sendo um momento muito importante por possibilitar a convivência com pessoas de vários lugares e suas experiências, principalmente um mestrando do povo Laklânô, Nambla que não só incentivou, mas evidenciou a importância da formação para a luta indígena, mantendo, assim, a vontade de continuar os estudos.

No ano de 2005 trabalhou na Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões (URI), em Santo Ângelo, organizando cursos de formação para professores não indígenas com objetivos de evidenciar a presença indígena na região, bem como as particularidades de cada etnia, neste caso Guaraní e Kaingang. Dessa época, há as publicações:

⁴ Artesanato, trançado

“Diálogos Interculturais: identidades indígenas na escola não indígena” (Ramos, 2006), que serviu de base para cursos realizados com professores na região. Também, “Abordagens Interculturais” (Ferreira, 2007), mais voltado à teoria. Atuou ainda pela URI, no projeto, com publicação com mesmo nome: “Kanhgág vënh kógan mré vënh grén – Pintura e Dança Kaingang” (Silva, 2009).

Nos anos de 2009 e 2010 ingressou no curso de Pós graduação Lato Sensu, Especialização em Educação, Diversidade e Cultura Indígena, na EST – Escola Superior de Teologia, em São Leopoldo, RS. Como trabalho final entregou a monografia “Políticas públicas: para uma educação escolar indígena diferenciada” (Ferreira, 2012). Nesse curso conheceu a professora Dra. Maria Aparecida Bergamaschi, com quem compôs o grupo de docentes responsáveis por um componente curricular na proposta diferenciada do PROEJA Indígena – UFRGS.

Bruno também atuou na Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD), junto às equipes de escolas indígenas do Programa “Projovem do Campo”, na Faculdade de Ciências Humanas debatendo com os discentes sobre as questões em educação e terra relativas aos povos indígenas do Mato Grosso.

Buscando “(...) compreender as crianças kaingang no espaço tempo da comunidade e no espaço escolar (...)” (Ferreira, 2020, p.51), no ano de 2012 ingressa no Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (PPGEDU/UFRGS). No ano de 2014 entrega dissertação intitulada “Educação Kaingang: processos próprios de aprendizagem e educação escolar” (2014).

No ano de 2016, após processo seletivo, Bruno inicia seu doutoramento:

(...) o interesse era o de aprofundar minha compreensão sobre as dificuldades de concretizar uma educação escolar com conceitos, metodologias, gestão específica da escola indígena, sua função social, econômica e cultural para os kaingang. Uma escola própria, específica, diferenciada, bilíngue e intercultural. Acredito que instrumentos teórico-metodológicos da educação descolonial podem contribuir para melhor compreensão do processo histórico de educação, vivenciado e vivido pelo povo Kaingang na busca pela educação escolar a partir de seus conceitos. (Ferreira, 2020, p.54)

Em 2020 defende a tese: “*Ũn Si Ag Tũ Pë Ki Vënh Kajrânřăn Fă*: o papel da escola nas comunidades Kaingang”, tornando-se o primeiro *Kanhgág* com título de Doutor do PPGEDU/UFRGS. Porém, não de maneira fácil, pois, segundo Bruno, no ambiente acadêmico há correntes de pensamento que “(...) desafiam o reconhecimento e a valorização dos

conhecimentos e saberes indígenas. Nossos conhecimentos e saberes encontram resistências e tem pouca visibilidade, diante de uma ciência que orientou o processo de dominação colonial dos povos indígenas e impõem (ou tentam impor) um mundo europeu branco (Ferreira, 2020, p.55).

Portanto, a trajetória de Bruno fala por si e evidencia o grande intelectual e referência *Kanhgág* na luta por educação e formação nos moldes *Kanhgág*, buscando sempre refletir sobre métodos e teorias que o possam auxiliar em suas ações em benefício das novas gerações.

Bruno é professor de história no Instituto Estadual de Educação Indígena Ângelo Manhã Miguel, na Terra Indígena de Inhacorá, e nos conta sobre os desafios de ensinar esse componente curricular nas escolas indígenas:

Bruno Ferreira: Alguns desafios do componente curricular da História nas escolas indígenas é a convivência dos alunos na sala de aula, no contexto da realidade escolar, as vivências sociais de cada comunidade a partir das concepções de narrar sua História, do povo e a relação com as demais histórias. Nesse sentido é importante que o professor conheça a História específica do povo e como é pensada no mundo ocidental, para que possa promover reflexões educacionais que orientam outras práticas nas escolas. O estudo da História na escola carrega essas problemáticas do conhecimento que é histórico e dificultando o saber pedagógico nas escolas, à realidade social e cultural de professores e alunos e seus valores e anseios das sociedades indígenas.

Nesse contexto, cada escola precisa repensar que tipo(s) de identidade(s) está sendo formada através do componente curricular de história da escola, a sua importância para cada realidade. Nesse sentido, no estudo da História, dependendo das escolhas pedagógicas feitas pelo professor e a proposta pedagógica da escola, pode-se possibilitar aos alunos refletirem sobre seus valores e suas práticas contextualizadas e identificar as problemáticas históricas de seu povo, de sua localidade, de sua região e da sociedade nacional e mundial. Isso precisa acontecer entre os que atuam nas escolas indígenas, considerando as singularidades de cada povo. Nesta perspectiva, o ensino de História, nas escolas indígenas, precisa também promover o debate, diálogo entre o professor, os alunos e a comunidade partes fundamentais para demonstrar a importância e as finalidades sociais, históricas e pedagógicas para o povo.

Sobre os principais desafios à formação dos jovens *Kanhgág*, Bruno diz o seguinte:

Bruno Ferreira: Um dos principais desafios do estudante indígena é a escrita na relação do estudante indígena na vida acadêmica. Os estudantes indígenas têm como meio de repassar seus conhecimentos a oralidade, sendo assim, a escrita passa a ser um desafio: são mundos distintos. Assim, é importante compreender o poder da oralidade na constituição do pensamento, do conhecimento dos indígenas. Nesse sentido, compreender que a oralidade permite aos indígenas criarem e recriarem suas histórias, suas narrativas que vão se movimentando ao longo dos tempos e dos diferentes contextos e dessa forma vão criando, recriando e repassando seus conhecimentos. Assim, acontece a dinâmica de se atualizar a cada situação. A escrita dificulta esse entendimento da renovação contínua do pensamento contextualizado (Ferreira, 2021).

Segundo Bruno, a educação escolar indígena, pensada a partir da epistemologia Kanhgág e não através da matriz europeia que tentou ser imposta aos povos indígenas de inúmeras formas, é uma ação descolonizadora. Nesse sentido “(...) é importante fortalecer o entendimento de que a escola indígena deve ser/é apenas um espaço a mais na construção de conhecimento, e deve existir nos territórios indígenas respeitando profundamente os processos próprios” (Ferreira, 2020, p.146).

O Instituto Estadual de Educação Indígena Ângelo Manhká Miguel⁵, onde Bruno leciona, é um importante centro formador de professores *Kanhgág* para o Estado do Rio Grande do Sul:

Organiza-se a partir da Pedagogia de Alternância, uma forma de manter os estudantes próximos de suas realidades, conectados o máximo possível de suas atividades cotidianas e sociais, quando os estudantes alternam os tempos: ficam quinze dias em curso teórico no Instituto e quinze dias de atividades práticas em suas comunidades (...) O Instituto possui instalações de hospedagem para servir de apoio para o tempo teórico-prático escolar, espaço que faz ecoar nas noites os cantos e danças evocando memórias ancestrais (...) a proposta de trabalho do Instituto pretende dar conta da Pedagogia Kaingang, respeitando, valorizando e atualizando os conhecimentos presentes na tradição, costumes e crenças, reafirmando os valores do nosso povo. (FERREIRA, 2020, p 156/157)

Possui currículo diferenciado e intercultural “(...) legitimando e fortalecendo o convívio kaingang nos demais contextos sociais, a partir de seu jeito próprio de viver e conviver conforme suas tradições culturais” FERREIRA, 2020, p.164).

⁵ Seu nome é uma homenagem ao líder Ângelo Manhká Miguel, falecido em 1994 na retomada das terras onde hoje situa-se o Instituto.

As ações formadoras do Instituto resumem parte da luta de Bruno e de diversos Kanhgág, como Ângelo Manhká Miguel, na busca pelo rompimento com práticas colonizadoras, nas escolas e fora delas, tornando possível, assim, pensar novas possibilidades.

Referências

FERREIRA, Bruno. Educação Kaingang: processos próprios de aprendizagem e educação escolar. *Dissertação de Mestrado*. Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2014.

FERREIRA, Bruno. *Ũn Si Ag Tũ Pẽ Ki Vẽnh Kajrãnrãn Fã*: o papel da escola nas comunidades Kaingang. *Tese de Doutorado*. Programa de Pós-Graduação em Educação. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2020

Memorial acadêmico - Publicações - Bruno Ferreira

FERREIRA, Bruno. Obstáculos à autonomia das escolas indígenas In: D'ANGELIS, Wilmar R. & VEIGA, Juracilda (Orgs.) *Leitura e Escrita em Escolas Indígenas*. Campinas: Mercado de Letras, 1997 p. 212-220.

FERREIRA, B. Experiência em Formação de Professores. Congresso Brasileiro de Qualidade na Educação: Formação de Professores, Brasília/DF, v. 4, p. 188-190, 2002.

FERREIRA, Bruno. Escola Indígena, Identidade Étnica e Autonomia, Campinas, v. 1, p. 49-52, 2003.

FERREIRA, Bruno. Educação escolar ou educação indígena: In: TEDESCHI, *et all* (orgs.). *Abordagens Interculturais*. Porto Alegre, RS: Martins Livreiro-Editor, 2008

FERREIRA, Bruno. Em busca de políticas públicas para efetivação da educação escolar indígena diferenciada. *Tellus* (UCDB), vol. 19, 2010, p. 203-210. Disponível em: <https://www.tellus.ucdb.br/tellus/article/view/236> Acesso em janeiro de 2022

FERREIRA, Bruno. *Políticas públicas para uma educação escolar indígena diferenciada*. São Leopoldo: Oikos, 2012 (Cadernos do COMIN, Nº 10).

FERREIRA, Bruno. Educação Kaingang: processos próprios de aprendizagem e educação escolar. *Dissertação de Mestrado*. Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2014.

FERREIRA, Bruno. Descolonizando a escola: em busca de novas práticas. *AVÁ Revista de Antropologia*, Universidade Nacional de Misiones. Argentina, n. 33, 2018, p.165/184. Disponível em: <https://www.ava.unam.edu.ar/index.php/ava-33> Acesso em janeiro de 2022

FERREIRA, Bruno; BONIN, Iara Tatiana; BERGAMASCHI, Maria Aparecida Diálogos de saberes e protagonismo em uma experiência de formação de professores Kaingang/RS. In: NASCIMENTO, Adir *et all* (orgs.). *Educação indígena na escola em outros espaços: experiências interculturais*. Campinas, SP: Mercado de Letras, 2018, p.103-126. Disponível

em: <https://www.mercado-de-letras.com.br/resumos/pdf-01-10-18-10-45-35.pdf> Acesso em janeiro de 2022

FERREIRA, Bruno. Os estudantes indígenas e os desafios acadêmicos. In: TETTAMANZY, Ana Lúcia Liberato et al. (org.). *O pensamento de Rodolfo Kusch: movimentos seminais na América profunda*. Porto Alegre, CirKula, 2019. p. 31-36

FERREIRA, Bruno. As crianças Kaingang: educação escolar e os processos próprios de aprendizagem. *Revista Antropologia da UFSCAR. R@U*, Vol.11, n. 1, jan./jun. 2019, p. 83-100. Disponível em: <https://www.rau2.ufscar.br/index.php/rau/article/view/275> Acesso em janeiro de 2022

FERREIRA, Bruno. *Ũn Si Ag Tũ Pẽ Ki Vẽnh Kajrãnrãn Fã*: o papel da escola nas comunidades Kaingang. *Tese de Doutorado*. Programa de Pós-Graduação em Educação. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2020

FERREIRA, Bruno; MENEZES, Magali Mendes de; BERGAMASCHI, Maria Aparecida. Memória e (re)existência: a trajetória intercultural da Ação Saberes Indígenas na Escola. *Tellus*, Campo Grande, MS, ano 20, n. 43, set./dez. 2020, p.193-215. Disponível em: <https://www.tellus.ucdb.br/tellus/article/view/704/768> Acesso em janeiro de 2022

FERREIRA, Bruno; MENEZES, Magali Mendes de; GUARANI, Eloir de Oliveira M'bya. As cartas, os povos indígenas e a retomada da Universidade. *Jornal da Universidade*. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 15 de julho de 2021. Disponível Em: <https://www.ufrgs.br/jornal/as-cartas-os-povos-indigenas-e-a-retomada-da-universidade/> Acesso em janeiro de 2022

TETTAMANZY, Ana Lúcia Liberato, FERREIRA, Bruno. Das casas tomadas aos dragões: como a polenta da Serra Gaúcha se “descobre” indígena. In: FERNANDES, Evandro, CINEL, Nora Cecília Boccacio, LOPES, Véra Neusa (Orgs.) *Da África aos indígenas do Brasil*. Porto Alegre: UFRGS, 2016. p.163-183.

TETTAMANZY, Ana Lúcia Liberato, FERREIRA, Bruno. Das casas tomadas aos dragões: como a literatura se “descobre” indígena In: DORRICO, Julie; DANNER, Leno Francisco; CORREIA, Heloisa Helena Siqueira; DANNER, Fernando (Orgs.). *Literatura indígena brasileira contemporânea: criação, crítica e recepção*. - Porto Alegre, RS: Editora Fi, 2018, p.295-315. Disponível em: <https://www.editorafi.org/438indigena> Acesso em janeiro de 2022